

Sarney acha mais seguro aprovar 5 anos hoje

BRASÍLIA — O governo, que reclamou na semana passada do líder do PMDB, senador Mário Covas, acusando-o de retardar a votação do mandato do presidente José Sarney, adotou como tática política a obstrução dos trabalhos na Constituinte. Motivo: não estava seguro da aprovação do mandato de cinco anos porque muitos de seus aliados ainda permaneciam nos estados.

Na reunião de Sarney com ministros e líderes decidiu-se que o mandato só será posto em votação com segurança absoluta de aprovação com um mínimo de 55% dos votos. Pelos levantamentos das lideranças, o governo conta com 328 votos, o que poderá lhe dar uma vantagem de 59%.

Risco — Em papel timbrado da Constituinte, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, levou ao Planalto, por volta de meio-dia, suas últimas previsões sobre a votação do mandato. Riscados com lápis verde, os

aliados somavam 328 constituintes, mas apenas 224 estavam em Brasília.

A partir daí, a liderança começou a computar as presenças. Às 16 h foram encontrados na cidade 234 parlamentares, no total.

A decisão do governo, na reunião, foi a de fazer obstrução. "Só vamos votar quando tivermos força total aqui dentro", disse Lourenço a um parlamentar de sua confiança. De público, contudo, todos informavam que a votação do mandato, que poderia ter ocorrido ontem, só dependia do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Em reunião dos líderes partidários, no entanto, Carlos Sant'Anna solicitou a Ulysses que o mandato só fosse votado depois de um acordo em torno da questão dos índios, o último tema do corpo permanente da Constituinte. Não houve entendimento e a votação ficou para hoje à tarde, na sessão que começa às 14 h hoje.

"Estaremos votando o mandato às 18 h", previu o deputado Paes Landim (PFL-PI), um dos coordenadores do *Centrao*. O senador Álvaro Pacheco (PFL-PI), confidante de Sarney, completou: "E vamos ter mais de 320 votos".

Contribuiu também para o adiamento da votação o casamento, em São Paulo, da filha do ex-ministro Dilson Funaro com o filho do deputado José Camargo. Trinta e dois constituintes, incluindo José Lourenço, viajaram para assistir à cerimônia. Antes de embarcar, Lourenço disse que a reunião com o presidente fora tranqüila, mas Sarney voltou a insistir na continuidade dos trabalhos para manter a maioria conquistada a favor de sua permanência no poder por cinco anos. Os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Prisco Viana (Habitação), Borges da Silveira (Saúde), Hugo Napoleão (Educação) e João Alves (Interior) até o final do dia ainda

tentavam reverter votos para aumentar a vantagem do governo.

Índios — O acordo para votação do último capítulo da Ordem Social, referente aos índios, foi fechado às 18h, encerrando longa negociação iniciada na semana passada. O texto, que será votado hoje, garante aos índios as terras ocupadas por eles, suprime o conceito de aculturação e só permite a exploração mineral nas reservas com autorização do Congresso e participação das comunidades nos lucros.

Há uma semana, um grupo de 200 líderes de tribos acompanhava no Congresso o desenrolar da negociação. Em protesto contra a demora, eles haviam decidido permanecer em silêncio. Quando foi anunciada a supressão do artigo 268, que definia os casos de aculturação, o cacique txucarramãe Taukokrá liderou seus companheiros no canto de vitória.

Brasília-Luciano Andrade

Deputado estranha o cheiro de índio

O deputado José Lins (PFL-CE) deixava sexta-feira passada o gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, onde se tentava um acordo para votação do capítulo do índio. Deparou com um grupo de 12 caciques, entre eles o taciturno Raoni, que, pintados de preto com tintura de genipapo, queriam manifestar a expectativa com que aguardavam a decisão dos constituintes.

Com um sorriso de orelha a orelha, como se estivesse em campanha eleitoral, Lins saiu cumprimentando os índios que encontrou até o plenário.

— Oh!, uma índia! Você fala português? — perguntou o deputado, usando mímica.

— É claro, senhor deputado, que eu falo português — respondeu, perplexa, Enaiê, índia guarani que acompanhava os chefes indígenas no Congresso.

A gafe não inibiu Lins, que espantou Estevão Taukane, observador índio na Constituinte, com uma confissão: "Minha bisavó era índia. Ela se chamava Piaba. E minha madrinha de batismo foi criada pelos tapuio." Depois dos apertos de mão e sorrisos, comentou, longe dos índios: "Eles até podem ter direito às terras, mas fedem prá burro".

Compenetrado, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), decidiu explicar a cinco caciques os termos iniciais do acordo, na parte relativa à demarcação de terras e exploração de recursos minerais em solo indígena. O índio Wai-wai, que servia de intérprete, sentenciou: "Não dá para acreditar".



Os índios, pintados como quem vai para a guerra, fizeram seu 'lobby' na Constituinte

Fernando Henrique diz que há favores

SÃO PAULO — O senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes da dissidência do PMDB, disse que a comemoração antecipada da vitória do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, entre os parlamentares que apoiam o governo, "vem do conhecimento que têm da máquina do poder, que está toda ajustada para extrair os cinco anos em troca de favores".

"A probabilidade é deles mesmo", admitiu, desolado, após conferência no ciclo *E agora Brasil*, promovido pela seccional da OAB. "A única forma de evitar a aprovação dos cinco anos seria a mobilização popular. Como não há mais tempo, a saída é não reeleger esses constituintes traidores do povo", acrescentou. De qualquer forma, acha positivo que se decida logo o mandato de Sarney, "porque ninguém agüenta mais".

Em resposta ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, que o chamou de quinta-coluna do PMDB, Fernando Henrique afirmou: "Ele deve estar passando por momentos de aflição. Quinta-coluna é quem traiu o PMDB, defendendo cinco anos de mandato para Sarney e o adiamento das eleições".

Defensores dos 4 anos se entregam

BRASÍLIA — A esquerda, defensora do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, não finge mais ter esperanças de vencer a batalha. "Não há como a gente disfarçar, ficar dizendo que vai ganhar. Só se baixar o Espírito Santo", desabafou o senador José Richa (PMDB-PR). O vice-líder Euclides Scalco emenda: "Nem assim, porque o Espírito Santo não se envolve nessas questões".

O desânimo dos que querem quatro anos chegou a tal ponto, que, entre eles, a frase mais ouvida é: "Só um milagre". Ontem de manhã, por falta de quórum, o grupo teve de desmarcar uma reunião convocada pelo deputado Nelson Wedekind (PMDB-SC), para montar a estratégia da votação.

"Eu não quero adiar nenhuma votação. Quem está postergando é o Planalto. Eu quero votar já, porque até agora o governo não fez nada e continuar não fazendo, mesmo com cinco anos", disse o líder do PMDB, senador Mário Covas, um dos raros opositoristas a não admitir abertamente a derrota.

Único constituinte já escolhido para encaminhar a votação — cada lado tem direito a dois — Mário Covas deve fazer, dizem seus partidários, o discurso mais emocionado de todos. Frustrará, contudo, os que esperam que ele aproveite a oportunidade para falar de seu desligamento do PMDB. Pressionado pelos históricos do partido, que querem abandonar o partido só depois do final da Constituinte, Covas adiou o anúncio de sua ida para a plenária e a perla formada por dissidentes do PMDB e do PFL.

Segundo o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), o mandato de cinco anos para Sarney receberá entre 305 e 310 votos. Pelos cálculos do Planalto, serão 330 votos.

Desfusão ganha força no plenário

Rogério Coelho Neto

Uma corrente de técnicos liderada pelo almirante Faria Lima, que foi o executor do projeto de integração do antigo Rio de Janeiro e da antiga Guanabara, entre 1975 e 1979, está preparada para mostrar aos constituintes, daqui a duas semanas, que desfazer o chamado estado da fusão "será um erro irreparável". A desfusão, como vem sendo chamado o processo de restauração da autonomia do Rio de Janeiro e da Guanabara, ganhou força, no entanto, nos últimos dias, conquistando, inclusive, apoios importantes de quem era contra ela. O encaminhamento da emenda que prevê um plebiscito para a fusão será feito pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

O prefeito da capital fluminense, Roberto Saturnino Braga, que era contra a desfusão, já a admite. Se recuperar o *status* de estado, a cidade do Rio de Janeiro, hoje capital fluminense, acrescentará mais Cz\$ 100 bilhões à sua receita atual. A deputada Sandra Cavalcanti,

do PFL, não queria ouvir falar em desfusão. Agora, ela se confessa rendida à idéia de que o plebiscito "é um direito sagrado" de cariocas e fluminenses. Sandra vai votar com a emenda ao Ato das Disposições Transitórias que manda realizar a consulta plebiscitária, mas fará campanha, se ela passar, pela conclusão do projeto de fusão.

Emendas — Os deputados Adolpho de Oliveira (líder do PL), José Maurício (PDT) e José Carlos Coutinho (PL) tinham emendas distintas que tratavam da fusão. Decidiram, porém, unificar suas propostas e a emenda única, agora em tramitação, prevê o plebiscito para o dia 15 de novembro deste ano, junto com as eleições de prefeito e vereador. A fusão será desfeita se qualquer das duas populações ouvidas — a do antigo Rio de Janeiro ou a da antiga Guanabara — se declarar contra o ato praticado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, com o aval do Congresso, em junho de 1974.

O líder do PL, Adolpho de Oliveira, detém dados de pesquisas realizadas, na cidade

de Rio de Janeiro, por seu próprio partido, que favorecem a desfusão, caso o plebiscito passe. Dois terços dos 46 representantes do novo Estado do Rio na Constituinte votam a favor do plebiscito. O deputado Paulo Ramos, dissidente do PMDB a caminho do PDT, foi outro que mudou de posição: era contra a desfusão. Na Assembleia Legislativa fluminense, o deputado Ademar Alves (PTB) vem fazendo, há duas semanas, pronunciamentos em favor da manutenção da fusão.

— Eu acompanhei a fusão na área de pessoal — diz Ademar — e sei como foi duro executá-la. Desfazer tudo agora é loucura.

Se o plebiscito for contra a fusão, segundo prevê a emenda a ser votada daqui a duas semanas, o Congresso disciplinará como funcionário, novamente como unidades federativas distintas, o antigo Rio de Janeiro e a antiga Guanabara. Será através de lei ordinária. A idéia de chamar Afonso Arinos para encaminhar a emenda foi de Adolpho, recebendo o apoio imediato de Coutinho e José Maurício.

Disposições podem exigir voto de artigo a artigo

BRASÍLIA — A votação das Disposições Transitórias, o Título IX do projeto constitucional, poderá seguir normas diferentes das adotadas até agora pela Constituinte. Os 63 artigos que compõem o Ato das Disposições Transitórias não têm relação entre si: tratam de assuntos tão diversos quanto a manutenção do Colégio Pedro II na esfera federal, por exemplo, e os artigos relacionados à anistia ou ao mandato do presidente Sarney. As lideranças tentarão votar artigo por artigo.

Até agora, nos oito títulos já votados, a sistemática de votação obedece ao mesmo processo. Primeiro, por acordo, era aprovado o texto do *Centrao* sobre o título ou capítulo. Logo após, eram votadas as emendas que modificavam o texto básico, muitas vezes havendo acordo para as modificações, outras vezes não.

O primeiro artigo das Disposições Transitórias, também polêmico, sem acordo, disciplina como será promulgada a Constituição, se simplesmente pelo Congresso Nacional ou se haverá plebiscito sobre a nova Carta do país. Além dos textos do *Centrao* e da Comissão de Sistematização, existem cinco emendas a este primeiro artigo que propõem:

Centrao e Sistematização — Os dois textos são iguais e propõem que o presidente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal assumam em sessão solene do Congresso Nacional, na data de sua promulgação, o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição.

Mansueto de Labor (PMDB-PE) — O senador propõe que no dia da promulgação da Constituição pelo Congresso Nacional seja convocada eleição direta para presidente 45 dias depois.

Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) — Prevê o plebiscito da nova Constituição por título e seção no dia 15 de novembro deste ano, que será organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Somente depois de referendado, o texto será promulgado.

Jorge Hage (PMDB-BA) — O deputado baiano não fala em plebiscito, mas diz que na sessão de promulgação da nova Constituição será extinto o mandato do presidente Sarney e, nesse mesmo dia, assumirá a Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, que convocará eleições para presidente da República em 120 dias, em primeiro turno. O novo presidente deverá tomar posse 30 dias após proclamado o resultado da eleição, quando somente então entrarão em vigor as disposições do Título IV da nova Constituição, relativas à Organização dos Poderes e ao Sistema de Governo.

Lysáneas Maciel — Prevê a realização de um plebiscito global de toda Constituição 45 dias após a publicação do texto. A proposta de Lysáneas Maciel prevê inclusive a utilização de propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV para a realização do plebiscito. Caso o novo texto seja rejeitado, então será convocada nova eleição para uma nova Constituinte, onde os parlamentares serão eleitos exclusivamente com este objetivo e os atuais senadores e deputados continuarão a exercer atividades parlamentares normais.

Luis Salomão (PDT-RJ) — O deputado quer que a nova Constituição só entre em vigor depois de plebiscito, que deverá ser realizado 30 dias após a aprovação da redação final. Se houver rejeição a Constituinte será dissolvida e convocada nova eleição 90 dias após para uma Constituinte exclusiva.

Bispo teme que Triângulo gere mais 'marajás'

BELO HORIZONTE — Embora considerem simpática a idéia de emancipação do Triângulo Mineiro, os cinco bispos da região temem que a criação de um novo estado possa se transformar em "mais um modo de exploração política, mais um cabide de empregos, de surgimento de *marajás*", segundo o arcebispo de Uberaba, D. Benedito Ulhoa Vieira, ex-vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao resumir o teor da nota oficial distribuída pelos bispos sobre sua posição sobre o movimento emancipacionista.

"A criação de um novo estado pode ser um instrumento de melhoria de vida para alguns poucos, que teriam privilégios", diz D. Benedito, "como os deputados estaduais de Minas, que ganham hoje salários próximos do Cz\$ 1 milhão, enquanto o povo continua com seu magro salário mínimo".

Enquanto o movimento pela unidade de Minas, liderado por cerca de 50 entidades da sociedade civil, se organiza em Brasília, para pressionar os constituintes, visando a derrotar em plenário a proposta de emancipação, seus adversários começaram ontem a enviar seus representantes a Brasília com o mesmo objetivo, revelou o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Roberto Carneiro.

A emenda popular que propõe a criação do Estado do Triângulo foi a que recebeu maior número de assinaturas entre todas as que foram apresentadas à Constituinte.